MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 250/98

Por ordem superior se torna público que, nos termos do artigo 15.º da Convenção de Supressão da Exigência da Legalização dos Actos Públicos Estrangeiros, concluída na Haia em 5 de Outubro de 1961, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos transmitiu uma cópia de uma nota recebida da Embaixada de Espanha na Haia relativa à mencionada Convenção, datada de 4 de Agosto de 1997, com o seguinte conteúdo:

«La Embajada de España saluda atentamente al Ministerio Real de Asuntos Exteriores y tiene el honor de poner en su conocimiento que la Colonia de Gibraltar viene expidiendo apostillas del Convenio de la Haia número XII de 5 de Octubre de 1961 en las que, como 'país', figura el nombre del citado territorio.

El Reino de España considera que el modelo de apostilla utilizado por las Autoridades del Reino Unido en Gibraltar implica una clara violación del Convenio de la Haia citado, cuyo artículo 13 sólo permite a los Estados-parte del mismo extender dicho Convenio a todos los territorios de cuyas relaciones internacionales estén encargados, pudiendo en consecuencia estos territorios expedir apostillas, pero nunca como 'países' tal y como aparece en las expedidas por Gibraltar.

Gran Bretaña, en efecto, extendió en su momento la aplicación territorial del Convenio a Gibraltar, que tiene la consideración, según las propias Autoridades británicas, de territorio dependiente y no de 'país'. La autoproclamación en el modelo de apostilla citado de Gibraltar como 'país' no sólo no es aceptable por España, sino que no refleja el actual estatuto que dicho territorio posee desde el punto de vista de Derecho Internacional.

En consecuencia, el Reino de España declara que no acepta la validez de las apostillas expedidas por el Reino Unido en Gibraltar en las que aparezca el nombre de la Colonia como 'país'.

El Reino de España solicita al Ministerio de Asuntos Exteriores de los Países Bajos que comunique esta decisión a los Estados-parte del citado Convenio.

la Embajada de España aprovecha la ocasión para reiterar al Ministerio Real de Asuntos Exteriores holandés las seguridades de su más alta consideración.»

Tradução

«A Embaixada de Espanha apresenta os seus cumprimentos ao Ministério Real dos Negócios Estrangeiros e tem a honra de levar ao seu conhecimento que a colónia de Gibraltar vem expedindo apostilhas da Convenção da Haia n.º XII, de 5 de Outubro de 1961, nas quais, como 'país', figura o nome do citado território.

O Reino de Espanha considera que o modelo de apostilha utilizado pelas autoridades do Reino Unido em Gibraltar implica uma clara violação da citada Convenção da Haia, cujo artigo 13.º apenas permite aos Estados Partes na mesma estender a dita Convenção a todos os territórios por cujas relações internacionais são responsáveis, podendo, consequentemente, estes territórios emitir apostilhas, mas nunca como 'países', tal como aparece nas apostilhas emitidas por Gibraltar.

A Grã-Bretanha, com efeito, estendeu a seu tempo a aplicação territorial da Convenção a Gibraltar, que é considerada, segundo as próprias autoridades británicas, território dependente, e não 'país'. A autopro-

clamação no citado modelo de apostilha de Gibraltar como 'país' não só não é aceitável por Espanha como não reflete o actual estatuto que o dito território possui do ponto de vista do direito internacional.

Em consequência, o Reino de Espanha declara que não aceita a validade das apostilhas emitidas pelo Reino Unido em Gibraltar nas quais apareça o nome da colónia como 'país'.

O Reino de Espanha solicita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos que comunique esta decisão aos Estados Partes na citada Convenção.

A Embaixada de Espanha aproveita a ocasião para reiterar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros holandês os protestos da sua mais alta consideração.»

Portugal é Parte na mesma Convenção, que foi aprovada, para ratificação, pelo Decreto-Lei n.º 48 450, de 24 de Junho de 1968, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 6 de Dezembro de 1968, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 50, de 28 de Fevereiro de 1969. As entidades competentes em Portugal para emitir a apostilha são a Procuradoria-Geral da República e as procuradorias da República junto das relações, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 78, de 2 de Abril de 1969.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 13 de Outubro de 1998. — O Director, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Aviso n.º 251/98

Por ordem superior se torna público que em 4 de Março e em 13 de Agosto de 1998 foram emitidas notas, respectivamente por Portugal e pela Espanha, em que se comunica ter sido aprovado o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a Criação de Postos Mistos de Fronteira e cumpridas as respectivas formalidades constitucionais internas.

Por parte de Portugal o Acordo foi aprovado pelo Decreto n.º 5/98, de 17 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 40, de 17 de Fevereiro de 1998.

Nos termos do artigo 9.º do citado Decreto n.º 5/98, o Acordo entrou em vigor em 13 de Agosto de 1998.

Direcção-Geral das Relações Bilaterais, 19 de Outubro de 1998. — O Director-Geral, *João Manuel Guerra Salgueiro*.

Aviso n.º 252/98

Por ordem superior se torna público que Malta aceitou, em 1 de Maio de 1997, a emenda ao artigo 43.º, segundo parágrafo, da Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada pela Conferência dos Estados Partes a 12 de Dezembro de 1995.

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi aberta à assinatura em 20 de Novembro de 1989, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Portugal ratificou-a em 12 de Setembro de 1990 (Decreto do Presidente da República n.º 49/90, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 211, suplemento, de 12 de Setembro de 1990), com efeitos a partir do 30.º dia após a data do depósito, que se efectuou em 21 de Setembro de 1990 (aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 248, de 26 de Outubro de 1990).

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 20 de Outubro de 1998. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.